

Sem "conciliação forçada",
urge retomar os caminhos da
institucionalidade democrática

Página 2

Lideranças Mura em resistência:
a batalha contra a mineração
estrangeira em território originário

Páginas 10, 11 e 12

Ministro da Justiça afirma que direitos
indígenas são cláusula pétrea e assina
portarias declaratórias de três terras

Página 16

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLVI • Nº 468 • Brasília-DF • Setembro 2024

INTERCÂMBIO DE VIVÊNCIAS

Lideranças Tupinambá visitam povos do Mato Grosso e fortalecem a luta comum em defesa dos direitos e territórios. Em entrevistas exclusivas ao Porantim, cacique Babau Tupinambá e Fausto Campoli, integrante do Cimi que atua há décadas com os Enawenê-Nawê, destacam a importância dessas trocas para a autonomia dos povos e para a preservação de seus modos de vida frente aos desafios e à pressão econômica.

Páginas 4, 5, 6, 7, 8 e 9

Sem “conciliação forçada”, urge retomar os caminhos da institucionalidade democrática

A segunda reunião da mesa de conciliação convocada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes com o objetivo de “compor” um acordo sobre direitos fundamentais dos povos indígenas inseridos no artigo 231 da Constituição Federal – e nela reconhecidos como direitos indisponíveis e imprescritíveis – confirmou o insucesso e a inviabilidade desse mecanismo de negociação.

Da mesma forma que na primeira reunião, ocorrida no dia 5 de agosto, a audiência realizada no dia 28 de agosto voltou a ser conduzida de forma confusa e arbitrária por pessoas que mostraram evidente parcialidade, muito pouco conhecimento da matéria e nenhuma sensibilidade com a realidade que vivem os povos indígenas.

A discussão atravessou em diversos momentos níveis muito baixos e precários de qualificação e de competência. Todas as preocupações despertadas durante a primeira reunião foram confirmadas: trata-se de uma mesa sem objeto definido, com uma composição desfavorável aos povos indígenas e que pretende avançar na modulação e reformulação de direitos fundamentais por sistema de maioria simples.

O caráter perverso alcançou seu nível mais cruel quando o coordenador da mesa afirmou que os povos indígenas carregariam com o ônus da violência nos territórios caso decidissem retirar-se da mesa de conciliação. Esta afirmação foi feita poucas horas depois de um novo ataque armado contra o povo Avá-Guarani no Tekoha Y’Hovy, localizado na Terra Indígena (TI) Tekoha Guasu Guavirá, no oeste do Paraná, que deixou quatro indígenas feridos e um ambiente de terror que ainda permanece.

A retirada do movimento indígena da mesa – nela representado pela Articulação dos Povos Indígenas (Apib), autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7582 – após a leitura pública de uma declaração é uma decisão política legítima e alta por parte dos povos originários. Evitando cair na cilada política e jurídica de uma conciliação forçada, os povos indígenas demonstram um compromisso firme com a garantia de seus direitos, duramente conquistados e reconhecidos na Constituição Federal de 1988, e transmitem ao STF a plena confiança de que a Corte assumirá seu dever e obrigação de guardar a Constituição Federal e garantir os direitos das minorias.

Por outro lado, a eventual continuidade da mesa de conciliação sem a presença dos povos indígenas fere, por si mesma, direitos fundamentais e compromissos internacionais que fazem parte do marco normativo mais elevado do país, o

que já deveria ser motivo suficiente para que representantes dos Poderes Legislativo e Executivo e dos órgãos de controle também se retirassem da mesa e para que o Poder Judiciário revisse, definitivamente, a iniciativa.

O mecanismo da mesa de conciliação ou autocomposição, em seu mérito e essência, não é um instrumento válido, nem legítimo, nem competente para dirimir sobre matéria indígena. Não há negociação, nem modulação e nem composição possível quando se fala de direitos fundamentais e indisponíveis.

É absolutamente urgente e imprescindível que o STF suspenda os efeitos da Lei 14.701/2023, ou que de pronto já declare sua flagrante inconstitucionalidade. A vigência desta lei é imoral e afronta a vida e o futuro dos povos indígenas. Os procedimentos administrativos de demarcação estão paralisados e todo o país está testemunhando uma escalada da violência armada contra os povos indígenas em seus territórios.

Fazendeiros, ruralistas e milicianos continuam assediando, intimidando e atacando comunidades indígenas, cercando-os e ateando fogo, impedindo a chegada de ajuda humanitária e atirando contra mulheres e crianças em ataques covardes, acobertados pela ineficiente ação do Estado, o que lhes garante absoluta impunidade. Não é possível desvincular a persistente violência contra os povos indígenas da vigência da Lei 14.701/2023 e da manutenção da falaciosa mesa de conciliação.

O ministro Gilmar Mendes tem a responsabilidade de apreciar os pedidos levados pelos indígenas nas ações de controle de constitucionalidade, das quais ele é o ministro relator.

Tramitam ainda no STF dois pedidos de incidente de inconstitucionalidade, de relatoria do ministro Edson Fachin, e aguardam decisão ou embargos de declaração do julgamento do Tema 1.031, que já estão aptos e disponíveis para serem pautados no plenário pelo presidente do Supremo. Todas estas ações possibilitam, processualmente, uma decisão imediata e urgente do STF pela inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023, o que resultaria na retomada dos procedimentos de demarcação de terras indígenas, obrigação constitucional da União.

Há possibilidades concretas, administrativas e jurídicas, para que o governo federal avance de forma sistemática nos procedimentos administrativos de demarcação. Os caminhos existem, estão abertos e são possíveis. A demora e inação colocaria o Estado brasileiro em situação de convivência com a violência contra os povos indígenas e em escancarado descumprimento de suas obrigações constitucionais e internacionais.

Porantimadas

Respeitar as memórias

O Ministério Público Federal (MPF), no dia 26 de março deste ano, ajuizou uma ação que requer que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Estado do Rio Grande do Sul sejam condenados a reparar os danos coletivos de natureza material e moral sofridos pelas comunidades indígenas Kaingang e Mbyá-Guarani, localizadas no Rio Grande do Sul. O documento aponta que a desagregação social causada pela cultura colonizadora, intensificada durante a ditadura, teve consequências nefastas e ainda hoje sentidas pelos povos originários. O Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDH-RS) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) entraram com um pedido de amicus curiae (amigo da corte) à 9ª Vara Federal de Porto Alegre, para serem ouvidas na ação. “As violências praticadas contra os povos indígenas pela ditadura militar foram cruéis e não há valor monetário que amenize os crimes. O que se busca com a ação é revelar essas atrocidades e estabelecer que o Estado Brasileiro é responsável, e como tal tem a obrigação de responder pelos crimes que seus agentes praticaram”, destacou Roberto Liebgott, missionário do Cimi Regional Sul. (Com informações do Brasil de Fato Porto Alegre).

PEC da morte

Em julho de 2024, Parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal pediram vista coletiva à Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2023. A PEC busca descaracterizar o artigo 231 da Constituição Federal, mais especificamente o inciso 1º, que trata do direito originário dos povos indígenas às suas terras. Tanto a promulgação da Lei 14.701 quanto a atual movimentação da PEC 48 no Senado se dão à revelia da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), uma clara afronta do Congresso Nacional à Corte, que não só fixou o entendimento de que o “marco temporal” é inconstitucional, como reconheceu que os direitos garantidos nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal são direitos fundamentais. Isto é, são considerados cláusulas pétreas, cujo conteúdo não pode ser alterado. A apreciação foi adiada com a promessa de ser retomada em outubro deste ano para deliberação do Senado.

“Atentado aos povos indígenas”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que não mudou de posição com relação ao marco temporal e que é a “favor do direito dos povos indígenas a seu território e a sua cultura, como determina a Constituição. [Sou] contrário, portanto, à ideia absurda do Marco Temporal”, frisou o presidente em cerimônia no Rio de Janeiro que comemora o retorno do manto tupinambá ao Brasil após 355 anos no Museu Nacional da Dinamarca. Ainda durante o discurso, Lula disse que, “às vezes, as coisas são mais fáceis de falar do que de fazer” e que quando vetou o marco temporal, “o atentado aos povos indígenas”, imaginou que o “Congresso não ia ter coragem de derrubar o veto, e ele teve. Porque a maioria dos congressistas não têm compromisso com nenhum povo indígena. O compromisso deles é com grandes fazendas, com grandes proprietários”, afirmou. Lula disse ainda que quando a tese do marco temporal voltou para a Suprema Corte criou-se “uma dificuldade de continuar a realizar as desintrustões” como pretendia o governo federal. “Eu vou ver se a gente pode fazer o possível e o impossível para (...), de uma vez por todas, desintrustar as terras tupinambás para que vocês possam viver”, disse o presidente.



Negociar direitos não deve ser condição, muito menos opção única

No artigo, os autores avaliam o que está em jogo no Brasil em que parcela significativa do governo federal, boa parte dos parlamentares e do Poder Judiciário insistem que as demandas dos indígenas por demarcações de terras causam transtornos

Por **Roberto Liebgott e Ivan Cesar Cima**,
missionários leigos do Cimi Regional Sul

“Amazonas, Pantanal, Serras Mineiras em chamas. Segue o velho drama. Quanto mais fogo, maior a exploração. Que situação! Se nas vistas é fumaça que arde, no coração pula o não querer ser covarde. É lutar mais firme em favor da mãe terra. Sem armas, mesmo sabendo que isso é guerra.”

Dom Vicente Ferreira,
Bispo da Diocese de Livramento de Nossa Senhora (BA). Membro da Comissão de Ecologia Integral e Mineração, via rede X, 21/08/2024

Parcela significativa do governo federal, assim como boa parte de parlamentares e do Poder Judiciário, vem insistindo que as demandas dos povos indígenas e quilombolas por demarcações de terras causam transtornos, uma vez que os seus direitos, conforme estão determinados pela Constituição Federal de 1988, desagradam setores produtivos, especialmente aqueles que se dedicam à exploração agrícola, agrária, madeireira e minerária.

Diante dessa insatisfação, os governantes buscam subterfúgios extraconstitucionais para dar uma resposta às sociedades nacional e internacional através de proposições paliativas, visando mitigar ou compensar os direitos que estão sendo negados.

Eles basicamente propõem que os povos precisam aceitar, como única alternativa, as iniciativas de compra de terras, ao invés de demarcar aquelas que lhes seriam de direito. Na avaliação dos governistas, não haverá outra saída, ou seja, há de se chegar ao entendimento de que é melhor receber “as migalhas das mesas fartas” do que serem alijados de qualquer benefício, inclusive os sociais, porque serão mantidos, aqueles que lutam por demarcação de terras, nas margens, sob a miséria e violência.

Essa proposição não contém nenhuma novidade diante do que já se fez, ou se apresentou em anos passados, inclusive por governantes de caráter fascista.

A perspectiva – mitigadora – é a que predomina em praticamente todo o sul do país, onde, ao longo das décadas, se adotou, como solução, a concessão de pequenas áreas de terras para assentar indígenas, ou mesmo a compra de terra nua – via desapropriação, ou outras negociações entre as partes.

Tem-se, no Rio Grande do Sul, uma realidade onde as únicas terras efetivamente demarcadas são aquelas reservadas ainda nos tempos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no século passado. As poucas áreas destinadas aos povos através de procedimentos demarcatórios foram, em grande medida, negociadas, destinando-se aos indígenas as piores terras.

Não há, portanto, nenhuma novidade nessa proposta que agora é apresentada como a mais brilhante e justa iniciativa dos que gerenciam a política indigenista. Pelo contrário: trata-se, mais uma vez, de contornar o que determina a Constituição Federal, sempre em prejuízo dos povos indígenas e de seus direitos.

Portanto, as mobilizações dos povos e de seus aliados que têm por objetivo defender direitos não são meramente ideológicas, ou utópicas, ou ideias tradicionais e do passado. Defender direitos é defender a história e a resistência dos povos que, lá atrás, deram suas vidas para que na Constituição Federal fossem reconhecidos os seus direitos originários. Deram suas vidas pela terra e por todos os demais direitos ligados a ela.



Representantes indígenas se retiraram da mesa de conciliação sobre a Lei 14.701/2023 com manifestação e gritos de “marco temporal não!”



Maria Baré fez a leitura da carta-manifesto anunciando a saída da Apib da mesa de conciliação do marco temporal

O que está em jogo agora no Brasil, quando se observa os subterfúgios criados pelos de cima?

Há três questões essenciais:

A primeira trata das garantias dos direitos indígenas e quilombolas, conforme a Constituição estabeleceu, e que estão sob contestação;

A segunda, o governo a torna evidente, vincula-se à tese sobre a necessidade de que tudo pode vir a ser negociado através de garantias compensatórias;

E a terceira, sobre a qual não resta nenhuma dúvida, é a de que os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, agindo como acessórios do capitalismo mais primitivo e ganancioso, não cederão às pretensões dos povos indígenas e quilombolas de garantia de seus direitos e, com isso, atuam para/no sentido de manter as terras sob o controle deste modelo predatório de produção e exploração econômica.

E não nos enganemos. A tese jurídica definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em setembro de 2023, por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, de repercussão geral, sobre o marco temporal e os direitos originários, não foi satisfatória para o governo e muito menos para os tais setores produtivos. Diante dessa insatisfação, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701/2023. Como as duas regras aparentemente se confrontam, decidiu-se pelo estabelecimento de outros acordos e negociações, buscando manter os territórios sob o domínio do capital.

E os indígenas e os quilombolas, como ficam, se estão na margem ou submetidos aos facinoras – fazendeiros, jagunços, policiais, milícias, capitães do mato – do latifúndio?

Para eles, agora, assim como foi ontem, se reedita mais do mesmo, ou seja, deixar de lado os direitos em troca das

promessas de possíveis benefícios sociais e compensações de terras – poderão acessar algumas terras, não necessariamente as originárias. Todavia, se assim não o fizerem, nada terão no dia de amanhã. Mas, se mesmo assim insistirem nessa lógica do direito, ficarão mais 30 anos na margem, nas beiras das estradas, em situação de vulnerabilidade.

Não nos iludamos, pois essa é a tese jurídica perfeita e que se concretizou no Brasil colônia e atual. E por que é perfeita? Porque ela está sendo introduzida nas mentes de todos, inclusive nas nossas, uma vez que não são apresentadas outras alternativas a não ser a de que se aceite o que eles estão reeditando.

Não nos iludamos. O governo Lula III não executa nem mesmo o baixo orçamento federal voltado para as comunidades indígenas e quilombolas. A análise do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostra que, no primeiro semestre de 2024, para a regularização fundiária de terras indígenas, o governo executou apenas R\$ 28,8 milhões de um montante autorizado de R\$ 315,5 milhões – menos de 10%. Para regularização de territórios quilombolas se gastou somente 2,3% dos valores disponíveis para o ano. Assim tem ocorrido nos vários governos. Abrindo mão de direitos, esse quadro mudará?

Não podemos deixar de lembrar da falta de regularização de terras quilombolas no país. São mais de 5 mil áreas reivindicadas no Brasil, não chegando a 200 aquelas que foram regularizadas. E, mesmo as regularizadas, o foram através de concessões ínfimas de terras. Abrindo mão de direitos, essas terras serão reconhecidas e regularizadas?

E como funcionam as regras para a titulação dos Quilombos? O básico daquilo que se propõe como “viável” para a resolução do impasse envolvendo as terras indígenas: desapropriação e/ou a compra de terra nua.

Talvez as respostas dadas aos quilombolas, ao longo das décadas, sirvam para o aprofundamento de nossa reflexão sobre os direitos dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais.

A tese dos que frequentam o andar de cima dos palácios não resolverá o problema, já que o capital se vincula também ao racismo sistêmico e estrutural. Os racistas não aceitam que indígenas e quilombolas tenham terras e direitos.

Foi assim lá atrás, em 1850, quando houve, pelo imperador Dom Pedro II, a promulgação da lei de terras. E, por incrível que possa parecer, é a mesma lei sendo reeditada agora através de manobras discursivas, legislativas e jurídicas. E ela não permite sonhar com a terra e nem com o direito de poder lutar por ela.

Creemos que temos uma resposta a essas inquietações. Direitos não foram feitos para serem negociados!

Ao baixarmos a guarda agora, daremos razão ao ministro Gilmar Mendes, que busca sufocar os direitos indígenas. Ao baixarmos a guarda agora, a tese do marco temporal vigorará sem as restrições impostas pelo julgamento de repercussão geral do STF. Ao baixarmos a guarda agora, os que governam o Brasil vão dizer que tentaram dar terra aos indígenas e quilombolas, mas não foi possível porque não havia quem as vendesse a eles. Ao baixarmos a guarda agora, as terras eventualmente compradas serão aquelas sem valor de mercado, degradadas, com rios e córregos poluídos, que vão alagar as casinhas das famílias quando vier a chuva.

Enawenê-Nawê por Fausto Campoli: dinâmica e resistência

A entrevista com Fausto Campoli aconteceu no contexto do intercâmbio realizado entre os Tupinambá — representados pelo Cacique Babau e a jovem liderança Jéssica Tupinambá, do sul da Bahia — e os Enawenê-Nawê, no Mato Grosso, durante visita ao Território Enawenê

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Na aldeia Enawenê-Nawê, as informações circulam rápido, especialmente entre os mais jovens, ávidos por conhecer e experimentar novas tecnologias. Antenas de internet por satélite se fundem à paisagem composta pelo grande pátio da aldeia, pelas 52 casas coletivas e a grande casa de flautas, símbolo da espiritualidade deste povo que vive praticamente o ano inteiro em ritual. Lá vivem, segundo o Censo de 2022 do IBGE, 1023 indígenas. A população Enawenê-Nawê aumentou 65% desde o Censo anterior, realizado em 2010.

Se a intensidade das transformações no mundo contemporâneo, a pressão de um modelo econômico predatório e o fluxo de informação – e desinformação – causa preocupação para a sociedade não-indígena, os riscos oriundos destas transformações rápidas geram dilemas ainda mais profundos entre um povo que, até pouco mais de 20 anos atrás, vivia praticamente sem nenhum contato com a sociedade envolvente.

Os Enawenê-Nawê são um povo dinâmico. “A grande questão é: com que tempo, e com que qualidade de tempo, você tem chances de agir para entender e se resguardar dentro dessa dinâmica”, pondera Fausto Campoli, integrante do Cimi que atua há décadas com o povo, contatado em 1974, em entrevista exclusiva ao jornal Porantim.

“Do período de contato até 1998, os Enawenê-Nawê se mantiveram restritos à sua cultura e ao seu espaço geográfico. Em 1998 é que eles intensificam o contato com a sociedade envolvente, através de uma estrada criada no meio do território deles. A partir daí, eles passaram a intensificar o contato e o início da dependência econômica de fora”, conta Fausto.

A delimitação da Terra Indígena (TI) Enawenê-Nawê, homologada em 1996 com 742 mil hectares entre os municípios de Comodoro, Juína e Sapezal, no oeste de Mato Grosso, deixou de fora parte importante do território.

Além da pressão do agronegócio, que ameaça capturar a parte não demarcada da terra, a área demarcada é impactada pela pressão das empresas que exploram o Complexo Hidrelétrico do rio Juruena, parte fundamental do modo de vida e do território Enawenê.

As hidrelétricas em construção, planejamento e em operação na bacia do Juruena chegaram a 179 em 2023, segundo levantamento da Operação Amazônia Nativa (Opan)¹. São 19 Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) e 17 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação e outros 15 empreendimentos em construção, incluindo uma Usina Hidrelétrica (UHE).

Seu impacto já praticamente inviabiliza a pesca, atividade com papel central não só na alimentação, mas também na cosmologia Enawenê-Nawê, e ameaça desequilibrar a complexa harmonia com o mundo espiritual.

Este contexto, as trocas com os Tupinambá, durante o intercâmbio realizado, e os desafios existenciais com que se depara o povo são temas abordados na entrevista a seguir.



Fausto Campoli, integrante do Cimi que atua há décadas com os Enawenê-Nawê, com a liderança Towaliatokwe Kolaliene Enawenê

Porantim - Você participou da autodemarcação da Terra Indígena Enawenê-Nawê, certo? Como eles chegaram a essa compreensão da importância dessa ação?

Fausto Campoli - A autodemarcação foi em 1991, 1992. A homologação do território ocorreu em 1996. Eles tinham essa percepção de que precisavam, por conta própria, garantir a proteção da terra. No início, eles tinham certa noção, mas pouco saíam do território tradicional. Não conheciam as cidades, os municípios aqui perto. Eles andavam no rio, principalmente no rio Juruena, e nunca tinham visto Brasnorte, Juína, as várias fazendas que havia para dentro. A partir do momento em que eles passam a ter uma visão mais ampla, além do território tradicional deles, é que eles sentem a urgência de demarcar.

Porantim - E aí eles começam a perceber também que tem gente entrando em áreas que são parte do território deles?

Fausto Campoli - A área demarcada não faz jus ao território tradicional. Os Enawenê-Nawê conseguem demonstrar isso inclusive através de sua mitologia e de suas músicas. É um povo essencialmente musical.

A vida dos Enawenê-Nawê está interligada a quatro ciclos rituais. Tem o Yaôkwa, que dura cerca de seis meses. Na sequência vem um ritual chamado Derohe, que dura cerca de dois meses. Depois vem outro ritual que se chama Salomã, que dura cerca de dois meses. Depois desse ainda tem um outro de dois meses, que é o ritual chamado Kateoko, essencialmente feminino.

Se você somar todos os rituais, dá um ano. Então, quando o Kateoko, que é o ritual das mulheres, termina, volta de novo o Yaôkwa, e eles ficam nesses ciclos ininterruptos. Todos os dias tem, e dura cerca de seis horas por dia. O ritual Yaôkwa tem uma particularidade, que é a questão da roça. Eles fazem uma roça específica para o Yaôkwa, e além dela cada um vai ter que fazer a sua, particular.

Porantim - E essa vida ritual tem relação com o que você falava sobre os cantos?

Fausto Campoli - A vida dos Enawenê-Nawê é completamente dirigida por esses ciclos rituais, porque isso envolve relacionamento com seres superiores. Dá para arriscar dizer que os Enawenê-Nawê convivem com dois mundos. O Eno, que eles dizem que é o mundo celestial, é povoado por um povo que eles chamam de Enori-Nawê, que são espíritos essencialmente terapêuticos. E convivem com outro grupo, vou chamar de espíritos, que são essencialmente patológicos.

Com os Enori-Nawê, que são os seres celestiais, eles têm uma relação mais amistosa. É a eles que os pajés se associam para curar alguma doença que esses outros seres, que eu disse que são essencialmente patogênicos, causam nas pessoas. E esses seres são exigentes. Então, os Enori-Nawê, embora tratem os Enawenê-Nawê carinhosamente de netos, se alguma regra for descumprida, eles também podem se tornar “maléficos”.

Os outros, que eles chamam de Iakariti-Nawê, que povoam algumas lagoas, montanhas, cachoeiras e alguns locais definidos geograficamente no território

¹ Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Boletim-de-monitoramento-de-pressoes-e-ameacas-as-terras-indigenas-na-Bacia-do-rio-Juruena.pdf>



Enawenê-Nawê, são essencialmente patogênicos, exigentes, onipresentes e muito temidos.

Então, a razão de viver do Enawenê-Nawê está completamente entrelaçada a esses seres superiores, na tentativa de, através de submissão, inclusive, manter a harmonia com esses seres. Disso depende a sobrevivência e a vida do Enawenê-Nawê.

É por isso que os rituais são tão longos, e por isso que eles têm essa vida ritual tão intensa. O repertório musical deles é absurdo.

Porantim - E a localização de parte desses seres, que ocupam lugares geograficamente determinados, ficou fora de delimitação do território?

Fausto Campoli - No início, quando se começou a solicitar a demarcação do território, não se conhecia tanto sobre o povo e sua cosmologia. E ainda falta conhecer muito. Mesmo assim, essa parte do território foi reivindicada nas negociações para que se chegasse a uma delimitação. A reivindicação sempre incluía o Adoiná, que é o que se chama em português de Rio Preto, uma área importantíssima cosmologicamente para os Enawenê-Nawê.

Outro aspecto relevante é que os Enawenê-Nawê se dividem em nove clãs. Cada um desses clãs está relacionado a grupos específicos de espíritos, tanto os do alto, como os donos dos recursos naturais aqui na Terra. Então, cada clã tem seu grupo específico de espíritos, e cada um desses espíritos ocupa um determinado espaço na região geográfica dos Enawenê-Nawê. E grande parte desse território sagrado ficou fora da demarcação. É por isso que há anos os Enawenê-Nawê vêm pleiteando a revisão de limites dessa área que se chama Rio Preto.

Porantim - E eles nunca deixaram de ter essa relação e de frequentar essa área?

Fausto Campoli - Eles nunca deixaram de frequentar, ainda frequentam, mas tem um aspecto que é muito relevante, que é o fato de que essa relação não depende muito da presença física dos Enawenê-Nawê lá. Porque eles têm esses espíritos que moram lá. Por exemplo: quando um determinado clã é anfitrião, ele recebe os espíritos dele. No ritual, são os espíritos dele que estão dançando, e é para esses espíritos que são servidas as comidas e bebidas do ritual. Não é para o humano Enawenê-Nawê. Então, quando você fala para os Enawenê-Nawê: “estão falando que vocês não estavam mais lá”. Os Enawenê-Nawê, com espanto, respondem: “como que a gente não está lá, se os nossos espíritos estão lá? Se eles vêm até aqui cotidianamente

“Os Enawenê-Nawê são fantásticos, eles são muito rápidos, têm uma energia absurda. Isso se traduz também nos relacionamentos deles, com eles próprios ou com outros povos, ou com a sociedade não indígena. São muito versáteis na forma de envolver e abordar as pessoas. Têm mesmo uma curiosidade inata”

mente durante o ritual? Se a nossa cosmologia, os nossos mitos e as nossas músicas são de lá?”

A ocupação territorial deles não se restringe a ficar anos, séculos em um lugar. Eles vão exaurindo os recursos daquela região e vão mudando o local da aldeia. Exaure, muda. Podem passar cem anos, quando eles voltarem no lugar de onde saíram primeiro, já se regenerou a mata, já se regenerou a natureza, a terra já está apta para ser plantada novamente. Então, a ocupação tradicional deles não é fixa em um local eternamente. Eles se mudam, e jamais deixam de ter essa relação sagrada com aquele espaço, porque ele passa a fazer parte do cotidiano deles através dos rituais.

Porantim - Então, a proteção dessa área do Rio Preto seria importante, também, para não perturbar essas entidades que garantem o equilíbrio espiritual do povo?

Fausto Campoli - É lógico. Eles dependem da harmonia com esses seres poderosos para continuar sobrevivendo como povo. Então, eles não conseguem conceber a ideia de “como daqui para cá é nosso e lá, onde estão nossos espíritos, não é mais? Lá, onde eu vou quando eu morrer, quando eu também vou me transformar num espírito?” Para eles a gente era muito louco de propor algo tão absurdo. Isso é um fato.

Porantim - O que você sente que mais os atraiu nessa troca com os Tupinambá?

Fausto Campoli - Eu acho que o que atraiu e aproximou são as ideias coincidentes, embora sejam povos que têm várias diferenças. Eu senti que o que mais encantou o Kolaliene com relação ao cacique Babau foi a postura de entender que o território é fundamental e a defesa do território também. Acho que desse encontro tem muita coisa legal, mas o marcante mesmo é essa coincidência, essa alma de guerreiro, de defender a qualquer custo o seu

território, por entender o que ele é e o que ele representa, coisa que muitas vezes a gente não entende.

O Kolaliene fez uma leitura fantástica. Ele mal fala português. E teve essa percepção de que os Tupinambá, depois desse tempo todo de contato, ainda garantiram, com muita luta, seu território. Ele se sente privilegiado em poder fazer essa leitura e ter um entendimento do que fazer para defender seu território também, que é a urgência de ação.

Porantim - Os Enawenê-Nawê parecem um povo aberto, curioso. Tive a impressão de que é assim com os visitantes, mas com a tecnologia também.

Fausto Campoli - Eles são fantásticos, eles são muito rápidos, têm uma energia absurda. Isso se traduz também nos relacionamentos deles, com eles próprios ou com outros povos, ou com a sociedade não indígena. São muito versáteis na forma de envolver e abordar as pessoas. Têm mesmo uma curiosidade inata. É interessante porque, ao mesmo tempo que tudo mudou muito rápido, nessa interação que eles estão tendo com o cacique Babau, por exemplo, eles já estão pensando em estratégias de como se proteger também dessa coisa muito dinâmica. Se eles não cuidarem, leva eles junto.

No fundo, a grande percepção deles é de que eles têm uma chance que os Tupinambá, por exemplo, não tiveram. Porque, por mais que os Enawenê-Nawê sejam rápidos e apressem tudo que vem de fora para dentro, eles também estão entendendo que eles têm um tempo que os outros não tiveram. Entendem que esse tempo tem uma certa urgência, porque o contato vai se intensificando, assim como a dependência econômica. Eles têm uma análise bem completa sobre isso e sobre o quanto é difícil trilhar um caminho que saia fora disso.

Às vezes, eles não têm opção. Por exemplo, a principal oferenda para os espíritos que estou chamando de patogênicos são os peixes. Só que, com a construção das hidrelétricas nos rios da bacia do Juruena, eles já não têm mais possibilidade de manter os rituais da forma que eles conseguiam, que era através das barragens coletivas. Hoje, eles dependem de peixe comprado, criado em tanques. E aí, sentem-se na dependência econômica.

Porantim - Essa questão da dinâmica que se impõe, da interferência externa em práticas culturais deixou de ser possíveis, é a grande questão para os Enawenê-Nawê hoje?

Fausto Campoli - Acho que no meio disso tudo está embutida exatamente essa preocupação. Porque você tem os jovens que já nasceram dentro dessa dinâmica. E você também tem uma geração anterior que nasceu numa outra dinâmica e está vendo o que está acontecendo, e a rapidez com que tudo está acontecendo. Então, eles têm essa preocupação do que vai ser, de como agir.

Os antropólogos costumam dizer, e eles têm razão, que toda cultura é dinâmica. Toda cultura, de fato, é dinâmica, mas a grande questão é: com que tempo, e com que qualidade de tempo você tem chances de agir para entender e para se resguardar dentro dessa dinâmica. Às vezes, não tem. Por exemplo: as empresas das PCHs vêm negociar com os Enawenê-Nawê pouco antes do período dos Enawenê-Nawê precisarem de peixe, sabendo disso. E nessas circunstâncias, os Enawenê-Nawê não têm opção. Porque o que eles precisam, de fato, e não podem deixar de fazer, é ofertar os peixes.

Porantim - Talvez essas trocas também os ajudem a traçar estratégias sobre como fazer o manejo dessas relações.

Fausto Campoli - Sem dúvida. Isso faz parte da alma do Enawenê-Nawê, inclusive. O problema é que, às vezes, não existe uma compatibilidade de tempo para que essa leitura possa ser feita com calma. Tudo chega de maneira muito veloz.

Um deles me falou: “quando a gente começou a ouvir falar sobre isso, é como se a gente estivesse na praia com a aguinha batendo nos pés. Quando a gente piscou os olhos, ela estava no pescoço”. Esse que é o ponto.

Foto: Tiago Miotto/Cimi



Fausto Campoli, integrante do Cimi, na Terra Indígena Enawenê-Nawê

Cacique Babau Tupinambá: “quando criam uma lei que viola nossos direitos, eles não percebem, mas prejudicam a si mesmos”

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Rosivaldo Ferreira da Silva, mais conhecido como cacique Babau Tupinambá, é liderança indígena da Aldeia Serra do Padeiro, uma das 22 comunidades da Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, situada entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, no sul da Bahia.

Em uma conversa que explora tanto as preocupações territoriais quanto os laços culturais entre os povos indígenas, Babau reflete sobre sua recente experiência de intercâmbio com os Enawenê-Nawê.

A entrevista revela a importância dessas trocas para o fortalecimento das culturas indígenas e a preservação de seus territórios. Em comum, ambos os povos buscam autonomia e a preservação de seus modos de vida, enfrentando desafios impostos tanto pela modernidade quanto pela negligência governamental.

Porantim - Qual é a importância de intercâmbios como esse, em que os Enawenê-Nawê foram para lá e vocês agora vieram para cá?

Cacique Babau - A importância é que nós aproximamos as culturas. Apesar de sermos povos indígenas, nós somos muito diferentes culturalmente. Uma coisa ou outra se assemelha, mas a língua é totalmente distante uma da outra. Alguns modos, por exemplo: nós gostamos de comer carne. Já eles não, eles gostam de comer só peixe e alguns pássaros. Eles têm uma restrição alimentar muito diferente de nós, povos Tupi. Então, quando se aproxima, a gente acha engraçado, nós vamos nos entender, nos compreender entre nós. É um crescimento muito bom.

Porantim - Quais foram as suas impressões e percepções sobre essa vinda para o território e para a aldeia Enawenê-Nawê?

Cacique Babau - A percepção foi boa, por ver um povo forte, um povo jovem. A proteção florestal boa, desenvolvendo trabalhos agrícolas. Mas também vejo algumas preocupações sobre como manter isso.

O governo está falhando em algumas questões, deixando muito na mão deles, por exemplo, fazer os contratos com as usinas [do complexo hidrelétrico Juruena], a questão de turismo, a questão do Redd [programa de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal]. Eu acho que é uma imprudência muito grande. Nós, povos indígenas, não estamos tendo essa habilidade toda para lidar com algo tão novo, que nós não sabemos calcular e nem sabemos para que realmente serve. Acho bastante preocupante.

Eles também falaram que fizeram outro contrato para ter turismo dentro do povo. Se não for controlado, o dano pode ser irreversível. Esse recurso fácil pode afetar o povo como um todo. Muito recurso vai para a cidade, um dinheiro que não se sabe exatamente como está caindo. Não é do trabalho, não é dos roçados que eles estão fazendo. Então, é isso que eu falo, principalmente a turma jovem. Não os idosos, que esses daí sabem o que querem. O Towaliatokwe Kolaliene [liderança Enawenê] tem uma percepção muito forte de que isso não está sendo bom, que é uma enganação e que os jovens podem ser enganados. Então, a minha felicidade é essa, que os guerreiros idosos daqui, os velhos – ou melhor, os sábios – estão conscientes disso. Mas eles também estão percebendo que os jovens não estão tendo a mesma consciência, e estão preocupados.

Aqui está um povo muito agradável, uma aldeia linda, tudo muito bom. Mas a gente viu deficiência também



Cacique Babau Tupinambá, do sul da Bahia, durante intercâmbio na Terra Indígena Enawenê-Nawê

na saúde. A Sesai não está fazendo, como deveria, seus serviços. A gente percebe falhas, porque, com a quantidade de criança, uma aldeia grande, era para estar o médico todo dia acompanhando, fazendo controles.

E essa parte é muito importante: as mulheres estão carregando recipientes que chegam a 60 litros d'água nas costas e os vasos são de Roundup [marca de agrotóxico] ou de glifosato. Como é que pode? E a Sesai dentro da aldeia não impede isso, não compra vasos adequados ou instala na frente de cada maloca uma torneira d'água com um chuveiro? Eu acho que isso é irresponsabilidade.

Também está havendo a construção de uma escola, porque não tem. Então é isso, tem pontos positivos e negativos.

Porantim - Na conversa com Kolaliene, liderança Enawenê, houve pelo menos duas coisas em que vocês se reconheceram: uma é a da alimentação, da produção própria, e a outra é a territorial. Nessa questão, que semelhanças e diferenças você identifica com a situação e a luta Tupinambá?



Cacique Babau, com Towaliatokwe Kolaliene, liderança Enawenê

Cacique Babau - É como que eu conversei com o Kolaliene: a gente é um povo Tupi e eles são um povo [do tronco linguístico] Arawak, mas algumas coisas se cruzam, principalmente nessa questão espiritual. Os rituais, apesar de serem totalmente diferentes, em alguns significados se assemelham muito. A questão da crença nos espíritos da floresta, das questões espirituais, isso é muito importante. A feitura dos roçados é também muito importante para ambos, mas a proteção do território é totalmente diferente. Eles têm uma aldeia só, e a partir dessa aldeia, em que vivem todos juntos, eles protegem o território, percorrendo todo o limite duas ou três vezes por ano. Ele esteve na nossa aldeia e viu que lá é diferente. Nós, Tupinambá, espalhamos o nosso povo dentro do território, para não deixar nenhuma brecha para invasores entrarem.

Porantim - Eles têm a terra demarcada, vocês não. Mas a impressão é que ambos os povos, à sua maneira, buscam autonomia na proteção do seu território, não?

Cacique Babau - Isso é fato. Nós, na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, somos autossuficientes em quase tudo. Nós não dependemos tanto do Estado. E aqui, claramente, eles se preocupam com a alimentação, com os roçados, com o milho ser plantado na época certa, o cará ser plantado, ter as batatas doces plantadas. Kolaliene quer voltar na minha aldeia só para poder trazer a semente do cacau. Ele gostou muito de ver o formato [da nossa plantação lá]. Aqui, com a proteção territorial, eles têm mais caça, estão cercados com muito mais animais. Mas, por eles não caçarem, acabam os animais também destruindo as roças. Tem uma semelhança nisso também. E aí é onde eu digo: o governo está fazendo o quê? Lá nós já estamos discutindo com o ICMBio [Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade] e explicando isso para eles, que cabe uma indenização, porque os roçados indígenas são pequenos. Quando esses animais entram e devoram tudo, não é a mesma coisa que entrar numa roça de soja de 20 mil hectares, é diferente. Inclusive, eles batem tanto veneno que os animais, se comerem lá, até morrem. E nas

áreas indígenas, não. Os animais vão comer e vão ficar bem. E não tem compensação por isso, pelo que nós estamos fazendo de bom para preservar tanto a natureza quanto os animais.

Porantim - A espiritualidade para os Enawênê-Nawê permeia tudo, e pela tua fala dá para perceber que para os Tupinambá também. Como é que foi essa parte da troca entre vocês?

Cacique Babau - A questão espiritual é muito importante. Eles estão no momento em que eles param, porque vão se preparar para fazer os rituais das mulheres. Quando chegam os rituais das mulheres aqui, os homens assumem tudo, porque as mulheres vão ficar só fazendo ritual. Então, isso é muito importante. Nós, Tupinambá, costumamos dizer que tudo é ritual, tudo é com os encantados. Eles têm isso também, e é praticamente o ano todo. Só que eles fazem rituais contínuos, e nós, só o fato de irmos para a roça, trabalhar, aquilo já é um ritual. Ir para os rios, tomar banho... Isso são rituais nossos. No trabalho deles, se paralisa [as outras atividades] para fazer [o ritual]. O nosso, ele é fazendo [as atividades do cotidiano].

Porantim - Em que outros territórios vocês passaram durante esse intercâmbio em Mato Grosso?

Cacique Babau - Nós passamos na região do Araguaia, também visitamos alguns povos, entre eles, os Tapirapé e os Xavante. Então, foi algo fabuloso, porque o povo Tapirapé é o mesmo tronco linguístico nosso, a língua é a mesma. Os rituais basicamente são os mesmos. Foi uma boa conversa, inclusive fechamos um acordo de trocarmos experiência linguística, eles irem até lá, ficar alguns meses, depois mandaremos algumas pessoas para cá para poder ficar um tempo também. Também conversamos sobre a questão territorial. O território deles está ainda invadido, eles exigiram que o governo desintruse. Então, eles estão nessa batalha. Conversamos também sobre a entrada do índio na política e até onde é benéfico.

E depois foi fabuloso a gente encontrar o cacique Damião na [Terra Indígena] Marãiwatsédé. Foi muito bom, tinha aproximadamente dez anos que eu não via o cacique Damião. E todas as vezes que eu encontrei ele foi sempre na Funai, em Brasília. Mas, agora, encontrar ele na casa dele, com a felicidade de ter recuperado a terra de onde ele foi retirado à força aos nove anos de idade, é muito gratificante, é muito bom. Também firmamos uma aliança boa, onde os Xavante ficaram de se deslocar até a nossa aldeia Tupinambá na Bahia para ver como é a forma de agricultura nossa, que eles também querem fazer alguma agricultura diferente. Conversamos sobre isso, foi muito interessante, muito bom.

Porantim - Vocês percorreram nesse estado alguns milhares de quilômetros.

Cacique Babau - Eu acredito que até agora [na TI Enawênê-Nawê] nós já passamos dos 4 mil km rodados. Paramos também na missão da Igreja em Diamantino, onde teve o seminário com o Cimi, com povos de vários estados brasileiros, mas sendo a maioria aqui do Mato Grosso. E foi muito boa a troca, estavam lá desde a Bahia até Kretã [Kaingang], do Paraná, discutindo, pensando, questionando as violações desse Estado brasileiro, que quer forjar e criar um tal marco temporal.

Como é que eles falam em marco temporal, se eles têm uma Lei de Terras arbitrária de 1850 que se mantém? Nunca renovaram, nunca repensaram, mas a Constituição, que é de 1988, eles querem revogar. Ou seja, uma lei de 1850 eles acham atual, e uma lei, de agora, de 1988, eles acham atrasada para indígenas, eles querem modificar e incorporar o marco temporal. Não tem como. Eles vão dizer que nós somos de que planeta? De onde nós surgimos? Porque nós sabemos de onde eles surgiram, nós sabemos que eles invadiram o nosso país e tem a data, que é 1500, tem tudo escrito que eles mesmos fizeram, assinaram a carta-crime deles, de violação de nosso país.

Porantim - No caminho entre Brasnorte e o território Enawênê-Nawê, passamos por lavouras enormes, que se



Encontro do cacique Babau com o cacique Damião, da Terra Indígena Marãiwatsédé

perdiam de vista no horizonte, de monoculturas de soja, algodão, milho. Esse modelo é exaltado como um projeto econômico exitoso em Mato Grosso e propagado como um modelo a ser reproduzido no resto do país. Qual a sua percepção sobre isso e sobre o que você viu nesses milhares de quilômetros percorridos nesse estado?

Cacique Babau - Eu fiz muitos vídeos, inclusive para publicar [nas redes sociais], para ver quais os questionamentos que as pessoas fazem ao ver. Eu não sou contra os plantios, eu não sou contra ter essa variedade de plantações, porque realmente nós, humanos, precisamos de uma variedade. Eu sou contra o formato. O formato é que eu achei muito ruim, porque ele é contínuo, ele destrói toda a natureza e deixa como se tivesse só aquilo. E aí é ruim, porque você não tem dois tipos de lavoura, você não tem uma floresta no meio. Nós, indígenas, plantamos coisas muito diversas. Batata doce, cará, milho, mandioca, uma variedade incrível de produtos que a gente planta, porque sabemos que isso é necessário, mas nós não fazemos isso de forma contínua. Para nós, quem tem que ser contínua é a floresta, porque a floresta é a casa dos pássaros, é a casa dos animais e também é a nossa proteção contra o sol. Cadê os corredores ecológicos de floresta entre esses plantios? Porque a forma que se está fazendo esses plantios é ruim até para eles mesmos. Quando chove, a chuva cai e a água desce todinha para o subsolo ou corre em forma de enxurrada, tirando toda a produtividade do solo. Mas quando você tem a floresta em torno dos plantios, a água é absorvida. Então, o formato que o branco está usando faz mal para ele mesmo. Se ele tivesse o corredor ecológico no meio, entre todas essas plantações, eles manteriam a terra mais úmida por mais tempo, o sol não secaria o solo tão rápido, porque a árvore vai liberando água aos poucos.

Porantim - E no cenário mais amplo, agora os povos indígenas estão de novo tendo que enfrentar essa batalha do marco temporal. O último período, de transição de governos, foi um período de muita esperança, e agora parece que a realidade está se impondo. Como você vê esse

contexto que os povos indígenas estão vivendo hoje no Brasil em relação aos seus direitos?

Cacique Babau - [O direito indígena] é cláusula pétrea, mas na prática, eles estão mais preocupados com os interesses deles. Que Supremo [Tribunal Federal] é esse que termina de julgar uma repercussão geral que diz que o marco temporal não se aplica aos povos indígenas, e ao mesmo tempo vai o Congresso, cria uma lei ordinária, abaixo de qualquer coisa, e ele, o Supremo, diz assim: "vamos sentar para discutir, para ver se nós achamos a brecha para roubar os povos indígenas, tirar o direito dos territórios deles". Isso é muito chocante. Não dá para entender a separação de três poderes em que um viola o outro o tempo todo. Quem é o guardião da Constituição que eles mesmo criaram? É o Supremo. Mas aí, quando o Supremo julga: "ah, então vou alterar que eu não concordo com o que você está julgando".

Será que o Supremo não percebe que está sendo violada uma cláusula pétrea da Constituição? E outra questão: direitos adquiridos não podem ser revogados. Precisam ser ampliados. Cadê o pensamento de proteção coletiva dos povos indígenas? Cadê os recursos liberados para poderemos viver bem dentro do nosso território? Eles separam o Congresso, metem a mão no Executivo e tiram R\$ 50 bilhões para eles, mas deixam a Funai à míngua. Deixam a saúde indígena à míngua. Cadê o respeito às leis que eles mesmos criam? Eles dizem: "nós temos que criar segurança jurídica". Mas qual é a segurança jurídica, se eles mesmos violam toda hora? Se eles mesmos mudam toda hora para se autofavorecer e nos prejudicar.

Porantim - E no meio desse contexto, o Executivo não deveria ser mais incisivo em defesa dos direitos indígenas? Foi uma promessa de campanha, a de que o governo Lula atuaria mais fortemente em relação à defesa dos direitos indígenas.

Cacique Babau - Eu estou entendendo diferente. O Lula, na questão do marco temporal, vetou várias coisas. Mas o Congresso pode derrubar o veto do presidente. Então, na verdade, quem manda não é o presidente, quem manda é o Congresso. Aí o presidente, que é o Executivo, aponta que há invasão de uma cláusula pétrea. Quando o Executivo diz: "pera aí, Congresso, você aqui violou algo que prejudica a população. Eu tenho que executar o que vocês mandam, mas isso aqui não é possível". Aí o presidente vai lá e veta. O que eles fazem? Vão lá e derrubam o veto. Aí o presidente quer fazer a demarcação. Eles [Congresso] falam assim: "se você fizer, tudo que você mandar para cá, nós vetamos. Nós vamos criar uma lei que derruba o recurso que você tem. Você vai ficar com déficit fiscal".

Porantim - Nessa encruzilhada, qual o caminho que você vislumbra para os povos indígenas?

Cacique Babau - Nós estamos indo e sabemos que eles vão morrer e nós vamos sobreviver. Eles vão se destruir. Porque quando eles criam a lei que viola o nosso direito, eles não percebem, mas eles prejudicam a eles mesmos. O crime organizado aumenta no país, porque o crime organizado vê o cenário e diz: "bom, como eles estão concentrando quase meio trilhão de reais para o agronegócio, é aqui que eu vou atuar, que é onde está o dinheiro". E aí o crime organizado entra na mineração ilegal, na violação dos direitos. Então, ele potencializa o crime no país. Agora, quando você potencializa a agricultura familiar... imagine se esse meio trilhão fosse para a agricultura familiar? Você ia ver como o país ia sorrir, como iria florir, porque todas as famílias se sentiriam protegidas, não existiria exclusão social.

Eles querem atuar na soja, [para] poder lavar dinheiro. Nesse algodão ele pode lavar dinheiro, nesse milho, no que o agronegócio faz ele pode lavar dinheiro. Mas ele não pode lavar dinheiro com os povos indígenas. Ele não pode lavar dinheiro com os assentados. Ele não pode lavar dinheiro com a população quilombola. Ele só tem o agronegócio para ele lavar dinheiro. É por aí que ele anda. Então, eles financiam a política para criar confusão jurídica.

Intercâmbio entre Tupinambá e povos do Mato Grosso fortalece luta comum em defesa de direitos e territórios

“Quando a gente faz esses intercâmbios, nos une e nos fortalece muito como povos. Eu vou para casa com um pouquinho deles e eles também ficam com um pouquinho de mim. Nós somos indígenas, povos diferentes culturalmente, mas somos unidos”, avalia Jéssica Tupinambá.

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Entre os dias 20 e 31 de julho, o cacique Babau Tupinambá e a jovem liderança Jéssica Tupinambá, do sul da Bahia, percorreram aproximadamente cinco mil quilômetros no estado de Mato Grosso, visitando aldeias e comunidades indígenas em diversas regiões do estado. Foram acompanhados no trajeto e nas atividades pelo também baiano Jenário Alves de Souza, integrante do Regional Leste do Cimi, e pelos missionários e missionárias do Cimi Regional Mato Grosso que se somaram à comitiva nas diferentes etapas do trajeto.

A viagem foi parte de um intercâmbio realizado entre povos indígenas do Mato Grosso e o povo Tupinambá, estimulado pelo Cimi. A proposta, explica Natália Filardo, coordenadora do Cimi Regional Mato Grosso, é aprofundar laços e compartilhar experiências, especialmente em relação à luta pela terra, à soberania alimentar e à autonomia na gestão dos territórios.

“O estímulo a esses intercâmbios é uma prática histórica do Cimi”, recorda Natália. “No Regional Mato Grosso, essa percepção da incrível biodiversidade entre os povos sempre foi muito presente. Os povos daqui sempre tiveram muitas sementes”.

Depois de algumas experiências de mutirão e de “aulas vivas” voltadas ao tema em diferentes territórios, conta ela, o cacique Babau Tupinambá participou de atividades em Mato Grosso e convidou indígenas do estado para uma visita à Serra do Padeiro, localizada na Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia.

A visita, concretizada em novembro de 2023, resultou em novo convite aos Tupinambá para visitarem territórios e comunidades em Mato Grosso – troca que se concretizou em julho de 2024.

“É sempre importante proporcionar troca de experiências entre os povos. Permeamos as discussões com as



Foto: Tiago Miotto/Cimi

distintas realidades, dentre elas as ameaças às sementes indígenas. Com os territórios ameaçados, as sementes híbridas e transgênicas, principalmente de milho, vão entrando nos territórios, seja a partir das monoculturas, seja a partir dos programas de extensão rural que não estão preparados para uma assistência técnica específica para os indígenas. E aí começa uma série de problemas, inclusive de contaminação genética dentro das comunidades”, pontua Natália.

“A diversidade está ameaçada, está em vias de extinção. Então, a discussão sobre a preservação das sementes crioulas ou sementes indígenas é fundamental”, explica.

O tema da preservação da diversidade é urgente naquele que é um dos estados em que o agronegócio atua de forma mais ostensiva e acumula enorme poder econômico. Este contexto se reflete na influência política do setor sobre o governo e as administrações municipais e na transformação visível da paisagem, tanto pelas grandes obras de infraestrutura para o escoamento da produção quanto pelos

latifúndios de monocultivos que se estendem, vistos das rodovias que cruzam o estado, até o horizonte.

“É a primeira vez que eu venho aqui no estado do Mato Grosso. Fiquei assustada, num primeiro momento, ao ver essa dimensão de terra explorada pelo agronegócio. O agronegócio é divulgado nas mídias de uma forma muito positiva”, relata Jéssica Tupinambá.

Existem restrições legais à devastação das matas e das florestas no estado, localizado na Amazônia Legal, onde propriedades devem manter áreas maiores preservadas em reservas legais, que podem chegar a 80% da área do imóvel. Por essa razão, inclusive, parlamentares ruralistas já apresentaram projetos de lei que propõem a exclusão do Mato Grosso desta região administrativa.

Para Jéssica, o desrespeito a estes princípios é visível. “Pelo que a gente consegue perceber, não é dessa maneira. Há uma exploração muito maior. Os indígenas daqui são cercados por essas grandes produções de monocultura”, resume.

Durante o intercâmbio, a dupla Tupinambá percorreu as regiões do médio Araguaia, de Diamantino, de Cuiabá e do alto Juruena. No Araguaia, visitaram a TI Marãiwatsedé, do povo Xavante, em São Félix do Araguaia (MT), e a TI Urubu Branco, do povo Tapirapé/Apyãwa, no município de Porto Alegre do Norte.

Também visitaram uma comunidade do povo Xerente do Araguaia no município de Porto Alegre do Norte, em luta por território, e participaram da assembleia em memória aos 50 anos da Primeira Assembleia de Chefes Indígenas, realizada em Diamantino – no mesmo local da reunião pioneira de lideranças, ocorrida em 1974.

“Esses intercâmbios nos unem e nos fortalecem muito como povos. Eu vou para casa com um pouquinho deles e eles também ficam com um pouquinho de mim. Nós somos indígenas, povos diferentes culturalmente, mas somos unidos. É importante ter esse contato cultural, de participar, de conhecer a realidade de cada povo”, avalia Jéssica Tupinambá.



Terra Indígena Enawenê-Nawê



Fotos: Tiago Miotto/Cimi



Cacique Babau Tupinambá e a jovem liderança Jéssica Tupinambá, do sul da Bahia, durante intercâmbio na Terra Indígena Enawenê-Nawê



Fausto Campoli, integrante do Cimi que atua há décadas com os Enawenê-Nawê, com o Cacique Babau Tupinambá, do sul da Bahia, durante intercâmbio na Terra Indígena Enawenê-Nawê



Celebração aos 50 anos da 1ª Assembleia de Chefes Indígenas em Diamantino, Mato Grosso



Liderança Jéssica Tupinambá, do sul da Bahia, durante intercâmbio na Terra Indígena Enawenê-Nawê

Por fim, na região do rio Juruena, entre os municípios de Brasnorte e Juína (MT), Tupinambá e missionários do Cimi visitaram o povo Enawenê-Nawê, concluindo a etapa mais distante da viagem. Uma distância não apenas geográfica, mas também histórica: enquanto os Tupinambá foram o primeiro povo com quem os portugueses estabeleceram contato, 524 anos atrás – e os primeiros, portanto, a receberem o impacto da colonização – os Enawenê-Nawê foram contatados apenas em 1972 – e permaneceram as duas décadas e meia seguintes em relativo isolamento.

Essa diferença foi ressaltada por Towaliatokwe Kolaliene, liderança Enawenê que recebeu os visitantes enquanto trabalhava na sua roça, em processo de preparação para o próximo ritual. Em novembro, Kolaliene participou da delegação indígena de Mato Grosso que visitou os Tupinambá na Serra do Padeiro – e ficou



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Terra Indígena Enawenê-Nawê

encantado com o cacau e com os métodos de produção dos Tupinambá.

“Eu também quero plantar cacau”, advertiu Kolaliene, acompanhado por seu filho, ao receber Babau e Jéssica Tupinambá em seu roçado, fazendo questão de recordar a visita – e também do sabor doce do mel de cacau que provou ao visitar a terra de seus hóspedes. “Ele nos ofereceu uma bebida feita com cacau”, disse, apontando para Babau. “Uma delícia”.

A liderança Enawenê também se recorda das primeiras impressões que teve ao visitar o território localizado no sul da Bahia. “Eu vi a terra Tupinambá e pensei: ‘foi aqui que os invasores chegaram pela primeira vez’. Fiquei admirado deles ainda terem essa mata. Eles foram muito guerreiros para assegurar essa terra. Foram como eu, tiveram que lutar muito. A terra dele é bonita, tem belos morros”, refletiu.

A conversa, entrecortada por risadas, ambientada pelo zumbido dos piuns que avançavam em nuvens sobre os visitantes e intermediada pela tradução de Fausto Campoli, integrante do Cimi que atua há décadas com os Enawenê-Nawê, derivou em trocas sobre métodos de plantio, diferenças na fauna e na flora entre os biomas – o território Enawenê-Nawê compreende partes da Amazônia e do Cerrado, enquanto a TI Tupinambá de Olivença abrange uma das poucas áreas ainda preservadas da Mata Atlântica – e estratégias para a proteção do território e da cultura frente às pressões externas, tema que preocupa especialmente Kolaliene.

“Nós vigiamos nosso território, percorremos as divisas. Não quero madeireiros e garimpeiros em nosso território. Quero minha terra íntegra”, garantiu a liderança, lamentando a situação dos Yanomami, em Roraima e no Amazonas. “Se os garimpeiros entrarem, a reação tem que ser imediata”.

Um tema inevitável da conversa foram os intensos ataques que ocorriam naqueles dias contra comunidades indígenas em luta pela terra. “Como podem fazer isso?”, perguntou Kolaliene, indignado, ao ouvir os relatos dos ataques contra os Avá-Guarani no oeste do Paraná, os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, os Kaingang e os Mbya Guarani no Rio Grande do Sul.



Cacique Damião, da Terra Indígena Maraiwatsédé (ao centro), cacique Babau Tupinambá e a jovem liderança Jéssica Tupinambá, do sul da Bahia



Intercâmbio na TI Urubu Branco, do povo Tapirapé/Apyáwa, no município de Porto Alegre do Norte



Fotos: Jenário Alves de Souza/Regional Leste do Cimi

Intercâmbio com o povo Xerente do Araguaia, no município de Porto Alegre do Norte



Lideranças Mura em resistência: a batalha contra a mineração estrangeira em território originário

Durante passagem pela capital federal, as lideranças denunciaram irregularidades no licenciamento da empresa, fraudes no processo de consulta e cooptação de lideranças indígenas por parte da mineradora canadense Potássio do Brasil

Por **Maiara Dourado**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Em agosto, um grupo de lideranças indígenas do povo Mura viajou do Amazonas até Brasília para desafinar a harmonia do coro formado por empresários, políticos e demais apoiadores do projeto Autazes, da mineradora canadense Potássio do Brasil.

O grupo tem contestado a insistente tentativa da empresa de negar a existência de terras indígenas no local onde será instalada a mina de silvinita, minério de potássio intensamente utilizado como fertilizante pelo agronegócio brasileiro.

Durante uma semana, as lideranças realizaram uma jornada por órgãos do Estado, embaixadas internacionais e tribunais de justiça para afirmar sua existência e a ocupação tradicional em suas terras, além de denunciar as inúmeras e sucessivas ilegalidades no processo de instalação da empresa na região de Autazes e Careiro da Várzea, no Amazonas.

Essas lideranças integram uma parcela importante do povo Mura que, ao contrário do que vem sendo publicizado em jornais do estado do Amazonas, não está de acordo em sua totalidade com a instalação do empreendimento minerário.

“Na TV local do estado [do Amazonas] estão dizendo que está tudo legal, que [a mineração] é uma maravilha, mas não é dessa forma que as coisas estão acontecendo. Somos a favor da nossa demarcação e não da mineração que está em cima do nosso território”, afirmou Willian Mura, conselheiro fiscal da Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea (OLIMCV).

Willian, junto com outros representantes da OLIMCV, da Organização das Mulheres Indígenas Mura (OMIM) e demais lideranças de seu povo, forma um grupo dissidente que faz frente à mineração da Potássio do Brasil em terras Mura e que vem atuando no espaço público nacional e internacional contra a invasão e exploração em suas terras.

Em passagem por Brasília, o grupo buscou dialogar com autoridades a fim de barrar o avanço da mineradora sobre seus territórios, mas também de destruir o processo de demarcação de suas terras.

Para isso, as lideranças se reuniram com representantes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), da embaixada do Canadá e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que tem emitido uma série de decisões a favor da implementação da mineradora, à revelia das irregularidades denunciadas.

Nos encontros com as autoridades públicas, “deixamos nossas demandas e para aqueles que não sabiam contamos nossa realidade”, explicou Gabriel Mura, tuxaua da aldeia Soares. Sua aldeia fica localizada no interior da Terra Indígena (TI) Lago do Soares e Urucurituba, diretamente afetada pela instalação da mineradora.

Irregular desde o início

Desde a emissão das licenças prévias até as de instalação recentemente autorizadas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam), “todo o processo [de licenciamento] desde o início já começou errado”, explicou Willian.

Segundo a liderança, os licenciamentos não respeitaram os pressupostos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelecem a consulta livre, prévia e informada às comunidades afetadas por grandes empreendimentos como o da Potássio do Brasil. “Não teve consulta livre, nem prévia, muito menos informada”, afirmou Willian.

Foram inúmeras as irregularidades no processo de licenciamento da mineradora, cuja prática resultou no ingresso, em 2016, de uma Ação Civil Pública (ACP) na tentativa de barrar a instalação da empresa em terras indígenas.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), autor da ação, a emissão das licenças prévias, feitas ainda no

período de planejamento e pesquisa do empreendimento, se deram “sem a análise do Estudo do Componente Indígena pela Funai, o que viola o procedimento de licenciamento ambiental”.

A mineração em terras indígenas é prática vedada pela Constituição Federal

Somado a isso, “em vista do potencial poluidor e das dimensões da atividade, bem como do impacto em terras indígenas (bem da União), o licenciamento ambiental deveria ser realizado perante o Ibama”, argumentou o MPF. Isso porque as licenças, desde o início do processo de licenciamento da mineradora, vêm sendo emitidas de forma irregular pelo Ipaam, órgão ambiental do estado do Amazonas.

Mesmo com todas as ilegalidades, o processo de licenciamento, que estava suspenso desde 2017, avançou em fevereiro de 2023, após decisão do desembargador Marcos Augusto de Sousa – na época presidente em exercício do TRF-1 – que determinou o prosseguimento do processo.

Não tardou muito, as licenças de instalação começaram a ser emitidas. Em maio, o Ipaam liberou uma série de licenças autorizando a instalação e a construção de estruturas da Potássio do Brasil em território Mura. As obras se dão majoritariamente no interior da TI Lago do Soares e Urucurituba, tradicionalmente ocupada e em processo de demarcação, mas afeta também a TI Jauary, que aguarda a emissão da portaria declaratória, e a TI Paracuruba, já demarcada.

“Depois da decisão que saiu, eles já estão fazendo suas instalações, vindo com maquinários, com mais pessoas da empresa. E, além de tudo, também estão conseguindo dividir o povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea, o que pode piorar agora com eles entrando dentro das aldeias depois do licenciamento”, denunciou Gabriel.

Divisão

Na reunião com representantes da embaixada do Canadá, as lideranças expuseram inúmeras das irregularidades no processo de licenciamento da mineradora, bem como os impactos gerados pela empresa canadense sobre a organização social Mura.

A presença da mineradora na região tem cindido o povo. Uma parte ligada ao Conselho Indígena Mura (CIM), comprovadamente cooptada pela empresa, tem se manifestado favorável ao projeto; enquanto outra, vinculada à OLIMCV e a um grupo composto por representantes de, pelo menos, 10 aldeias de Autazes, e de 12 aldeias de Careiro da Várzea, se coloca contrária à exploração de potássio em suas terras.

Segundo Edson Mura, coordenador da OLIMCV, a divisão promovida pela empresa tem criado enormes conflitos entre as comunidades das 47 aldeias Mura de Autazes e 12 de Careira da Várzea.

“Hoje tem lideranças que não falam com a gente [da OLIMCV] por conta desse empreendimento. Então já é um impacto grande entre nós”, denunciou Edson, que acredita haver manipulação da empresa por trás do conflito instaurado entre os Mura.

Em novembro de 2023, o MPF, junto à OLIMCV e à comunidade Mura do Lago do Soares, apresentou uma denúncia listando uma série de violações no processo de consulta ao povo Mura, bem como ameaças e ações de cooptação de lideranças do CIM por parte da empresa.

Na manifestação do MPF, as lideranças denunciaram a exclusão e o silenciamento da comunidade Lago do Soares, da OLIMCV, bem como de outras comunidades de base no processo de consulta conduzido pelo CIM, por influência direta da mineradora.

“Eles [CIM] tomaram outro rumo, começaram a caminhar com a empresa, com a Potássio do Brasil. Eles nos tiraram do protocolo [de consulta] e criaram outro, no qual nós não estamos mais. A partir daí, eles começaram a dar andamento ao protocolo deles e o governo do estado começou a liberar as licenças”, explicou Edson. “Eles falam que nós quisemos sair, que houve um consenso do povo, mas isso é uma total mentira”, continuou a liderança.

Documentos comprovam
 a alteração do protocolo
 de consulta construído
 coletivamente pelo povo Mura

Na denúncia do MPF, foram anexados documentos que comprovam a alteração do protocolo de consulta construído coletivamente pelo povo Mura entre 2018 e 2019. O pedido de alteração foi feito pelo próprio presidente da Potássio do Brasil, Adriano Espeschit, que em outras circunstâncias também tentou subornar lideranças do povo Mura.

Em setembro do ano passado, o portal InfoAmazonia publicou o áudio de uma reunião com lideranças do CIM em que Espeschit oferece uma área de terra em troca da “não demarcação da terra indígena em cima da área do Soares”.

A demarcação da TI Lago do Soares e Urucurituba inviabilizaria a instalação da mineradora, uma vez que mineração em terras indígenas é prática vedada pela Constituição Federal, podendo só ocorrer se autorizada pelo Congresso Nacional e mediante consulta dos povos afetados pelo empreendimento.

A empresa não mediu esforços para impedir a demarcação da terra dos Mura. Em novembro de 2023, já pactuado com a mineradora, o CIM chegou a pedir a suspensão do processo de demarcação da TI Lago do Soares e Urucurituba, reivindicada pela própria organização em 2003. O Conselho alegou não ter sido consultado pelo MPF sobre a demarcação e a criação de grupo de trabalho pela Funai.

No encontro com representantes da embaixada canadense, os indígenas entregaram uma carta-manifesto expondo a



Foto: Tiago Miotto/Cimi



atuação criminosa da empresa na região amazônica, exigindo também a intervenção do governo canadense no caso.

“Eles são uma embaixada, a gente sabe que não tem como cobrar deles quando se trata de uma empresa privada, mas a gente quer mostrar o que eles [a Potássio Brasil] estão fazendo dentro do nosso país, dentro do território indígena, o que é algo muito grave porque viola direitos humanos”, considerou Willian.

Dentre os pedidos apresentados na carta, o grupo de lideranças solicitou ao governo do Canadá a suspensão de financiamentos à Potássio do Brasil, uma vez que “todo esse recurso que eles estão investindo ali [em Autazes e Carreiro da Várzea] vem do Canadá, principalmente dos bancos canadenses, que são os principais investidores da empresa”, considerou Gabriel.

A Potássio do Brasil possui dentre seus principais acionistas a Brazil Potash, que tem como um dos seus fundadores o Forbes & Manhattan, um banco canadense que detém 12% da empresa.

Funai desobrigada

Em meio às investidas da Potássio do Brasil, os Mura contrários à mineração em suas terras lutam pela demarcação da TI Lago do Soares e Urucurituba, cujas instalações ficam a cerca de dois quilômetros de distância da aldeia de Gabriel, tuxaua da aldeia Soares.

A terra indígena encontra-se desde agosto do ano passado em processo de identificação e delimitação, com um Grupo Técnico (GT) já criado, mas parado desde a última visita do GT, realizada em maio deste ano.

O processo de demarcação chegou a ser acelerado por outra ACP, ingressada em 2022 pela comunidade junto ao Ministério Público Federal (MPF), que pedia agilidade no cumprimento do procedimento demarcatório.

A ACP, no entanto, foi suspensa em julho deste ano, após a decisão do desembargador federal do TRF-1 e também relator da ação de demarcação, Flávio Jardim, de paralisar a tramitação do processo até o julgamento final do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365.

O RE que trata das demarcações de terras indígenas foi julgado em setembro do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e estabeleceu a inconstitucionalidade da tese do marco temporal. O recurso, no entanto, segue em aberto no STF, com o desafio, inclusive, de declarar a inconstitucionalidade da Lei 14.701, conhecida como Lei do Marco Temporal.

Na reunião realizada no último mês em Brasília, membros da Funai afirmaram às lideranças Mura que a demarcação “não está paralisada, mas falaram que eles [Funai] não têm mais a obrigação [judicial] de continuar”, informou Gabriel.

Isso porque a suspensão da ACP desobriga a Funai de agilizar o processo de demarcação da terra indígena, tirando-a da lista de prioridades da Fundação, que tem – em razão das determinações judiciais – dado regime de urgência apenas aos casos de demarcação que se encontram ajuizados.

Para as lideranças, no entanto, a suspensão da ACP não impede a Funai de seguir com o rito demarcatório.

Segundo João Vitor Lisboa Batista, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que tem atuado no caso da comunidade da TI Lago do Soares e Urucurituba, o “objeto dela [da ACP] é a aceleração, então não necessariamente é uma ação que condiciona a demarcação. Ademais, a decisão não determinou a suspensão do procedimento administrativo de demarcação, ela restringe-se à suspensão de um dos agravos de instrumento”, explicou.

Sua morosidade, por outro lado, já ultrapassa mais de duas décadas e tem impulsionado o processo de licenciamento e instalação da Potássio do Brasil sobre a terra indígena. Em agosto do ano passado, a Funai chegou a enviar um ofício à empresa mineradora e ao Ipaam informando a abertura do GT para a identificação indígena da área e recomendando “a suspensão do processo de licenciamento até que sejam concluídos os estudos que subsidiarão manifestação da Funai ao órgão licenciador competente”.

A recomendação, no entanto, seguiu sem efeito, uma vez que os estudos do GT não avançaram e as primeiras licenças de instalação da mineradora foram, em maio deste ano, liberadas.

Outro risco nesse momento em que a mineração adentra de forma autorizada em seus territórios é, segundo Milena Mura, presidenta da Organização das Mulheres Indígenas Mura (OMIM), a violência sobre as mulheres.

Milena teme a violência já conhecida em ambientes onde a mineração se faz estabelecida. “As mulheres não querem se deparar com as violências que elas veem na mídia. Elas não querem presenciar isso na própria aldeia, que podem ser mais agravadas com a entrada de outras pessoas [da mineradora]”, preocupa-se a presidenta da OMI.

“A invasão no território é uma invasão no corpo das mulheres, a gente sempre tem isso em nossa mente, porque uma invasão do nível de uma mineração como a da Potássio do Brasil vai trazer pessoas de fora, e com elas, doenças, alcoolismo, drogas e outros impactos que dificilmente poderão ser mitigados”, continua Milena.

Em reação, o MPF ingressou com outra ACP em maio deste ano contra a empresa, expondo as ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento. O órgão denuncia que o processo é feito de forma fracionada e desconsiderando a totalidade dos impactos da obra sobre a população e omitindo os reais riscos ambientais.

“Não em cima da nossa lavra”

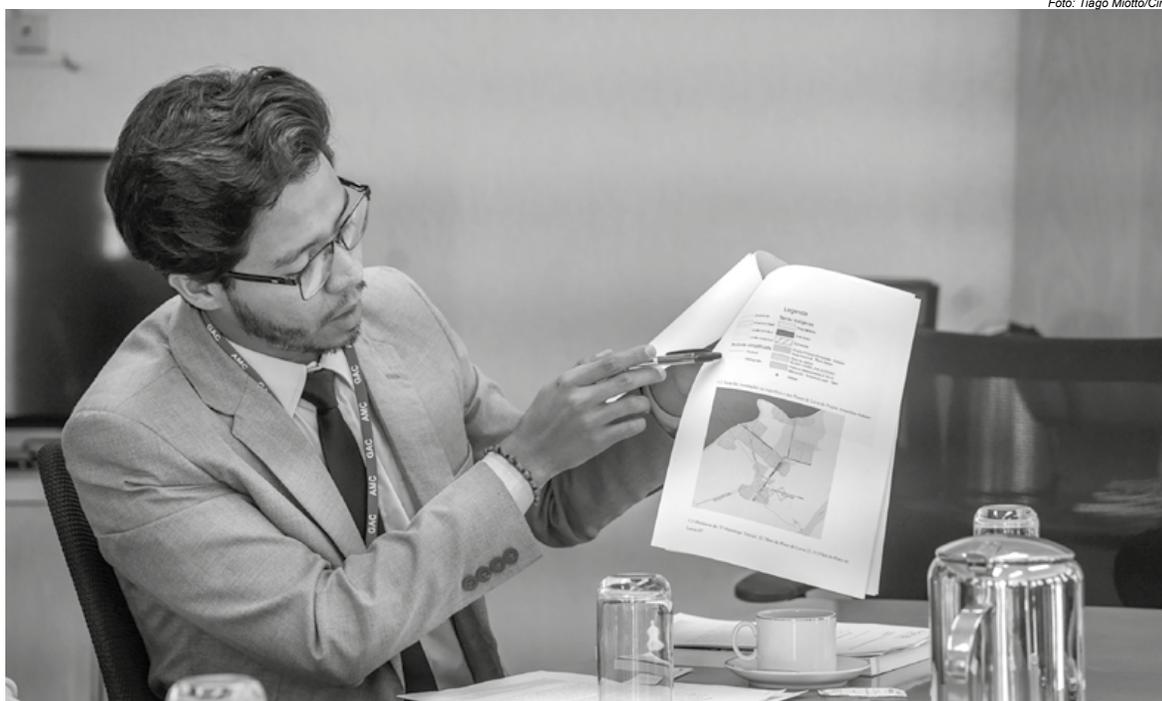
O interesse da Potássio do Brasil na não demarcação da TI Lago do Soares e Urucurituba é evidente e tem repercutido nas boas relações estabelecidas com autoridades do Estado brasileiro.

Desde 2022, ainda sob o governo de Jair Bolsonaro, a empresa vem articulando com o governo do Amazonas, parlamentares da bancada ruralista e o governo federal a exploração de potássio na região de Autazes e Careiro da Várzea, que abriga a maior reserva de silvinita no país. O interesse é recíproco.

O governador do estado do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil) não esconde sua ambição e interesse no projeto Autazes. Há um tempo, Lima aparece publicamente como participante ativo das negociações da mineradora na região, tendo entregue pessoalmente, em abril deste ano, a licença ambiental para a empresa mineradora.

O Poder Executivo, tanto na gestão anterior como na atual, também tem mantido a boa relação com executivos da Potássio do Brasil, que inclui encontros com o ex-presidente Jair Bolsonaro e com o atual vice-presidente Geraldo Alckmin.

Integrantes de peso da ala ruralista do Congresso Nacional também têm se manifestado publicamente



A morosidade da demarcação já ultrapassa mais de duas décadas e tem impulsionado o processo de licenciamento e instalação da Potássio do Brasil sobre a terra indígena



Foto: Maiara Dourado/Cimi

Lideranças indígenas do povo Mura tem contestado a insistente tentativa de negarem a existência de terras indígenas no local onde será instalada a mina de minério de potássio

a favor da exploração de potássio no Brasil, uma vez que a extração do minério beneficiaria diretamente o agronegócio brasileiro – um dos maiores importadores de potássio do mundo.

A guerra na Ucrânia, que gerou a suspensão temporária da produção do fertilizante na Rússia, um dos

principais fornecedores de potássio para o Brasil, aguçou ainda mais a cobiça e a pressão sobre a exploração do potássio brasileiro, e foi utilizado como argumento por setores econômicos interessados em liberar a mineração em terras indígenas.

Não por acaso sua exploração passa a ser alentada por medidas legislativas como a Lei 14.701/ 2023, o Projeto de Lei 191/2020 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023. Todas possuem em seu bojo a liberação das terras indígenas para atividades econômicas predatórias, nas quais a mineração se revela como uma das bases de sua sustentação.

A Lei 14.701, já em vigência, não explicita a mineração em seu conteúdo, mas deixa claro em vários de seus artigos – 20, 26 e 27, por exemplo – a abertura para o desfrute econômico dos solos e riquezas indígenas.

Mas não é só o Congresso Nacional que tem interesse em abrir as terras originárias para mineração. Na mesa de conciliação criada pelo ministro do STF, Gilmar Mendes está a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 86 proposta pelo Partido Progressista (PP), que pede a regulamentação da mineração em terras indígenas.

A saída da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) revela o fracasso e a inviabilidade do mecanismo de negociação, mas ao mesmo tempo denota o empenho e a disposição dos Três Poderes em pôr em negociação direitos fundamentais dos povos indígenas.

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5

PIX: adm.porantim@cimi.org.br

Envie cópia do depósito por e-mail, correios ou WhatsApp

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 9 9628-4565

(61) 2106-1650 / 2106-1655

www.cimi.org.br

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Ass. anual: R\$ 130

Ass. dois anos: R\$ 190

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

Assinatura de apoio: R\$ 170

Com ela você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

Desafios e avanços na política indigenista: uma análise da execução financeira de 2023

Há muitos gargalos a serem enfrentados; é imperativo que o governo não apenas assegure recursos, mas também enfrente as resistências internas e externas

Por **Leila Saraiva*** e **Elisa Rosas**** – Artigo publicado originalmente no relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2023, publicação anual do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)*

Quando, no dia primeiro de janeiro de 2023, o cacique Raoni subiu a rampa do Planalto com o recém-empossado presidente Lula, parecíamos viver o anúncio de um novo tempo. Pela primeira vez, a política voltada para os povos indígenas se anunciava como central para uma gestão do governo federal. Ao contrário de outros setores também representados naquele momento, cuja proximidade com Lula vinha já de muito tempo, aquele anúncio público de priorização da questão indígena foi inédito até mesmo em relação aos seus mandatos anteriores.

Se é verdade que a imagem de Raoni subindo a rampa é especialmente emblemática, a aproximação de Lula com o movimento indígena vinha sendo construída publicamente desde abril de 2022. Naquele mês, o então candidato compareceu ao Acampamento Terra Livre, maior assembleia indígena do mundo, e anunciou pela primeira vez a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Depois de vencida a eleição, apesar dos tantos intentos golpistas, o Ministério foi de fato criado. Nas diversas costuras junto às lideranças indígenas, Sônia Guajajara, importante figura pública da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), assumiu a pasta como ministra. A Funai, agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas, passou a ser presidida por Joenia Wapichana e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) por Weibe Tapeba. Não apenas a criação do ministério foi inédita, mas era também a primeira vez que a gestão da política indigenista passava a estar nas mãos dos próprios indígenas.

Além disso, ainda no governo de transição, outros bons presságios se anunciaram. O relatório de Transição¹ apontava para a homologação de mais 14 Terras Indígenas (TIs) que dependiam unicamente da assinatura de Lula para terem seu processo demarcatório concluído.

A expectativa, portanto, era alta. Especialmente após os quatro anos de política anti-indígena do governo Bolsonaro, caracterizados pela paralisação do processo demarcatório, omissão no cumprimento de políticas públicas, incentivo a atividades econômicas predatórias em terras indígenas e perseguição de servidores conforme documentado no dossiê “Fundação Anti-Indígena - Um retrato da Funai sob Governo Bolsonaro”².

Por outro lado, os ventos esperançosos de 2023 contrastavam com a profusão de imagens tenebrosas



Cacique Raoni e Lula, na posse presidencial no Palácio do Planalto, dia 1º de janeiro de 2023

da TI Yanomami³, bem como as consequências do incentivo à mineração ilegal levadas a cabo pela gestão anterior. Imagens de terror absoluto dos efeitos do garimpo, invasão de terras e multiplicação de toda sorte de violências demonstraram a magnitude do desafio a ser enfrentado: a destruição dos direitos indígenas está entranhada nas mais diversas escalas do país e o esforço institucional e orçamentário deve ser robusto para que tenhamos alguma chance de reverter a máquina de destruição anti-indígena.

É este cenário complexo que vemos refletido na execução financeira da política indigenista em 2023. Se, sem dúvida, houve avanços e mais recursos investidos – especialmente provenientes de créditos extraordinários via Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709 – a execução desses recursos enfrentou dificuldades que não podem ser ignoradas. Como argumentaremos a seguir, tais dificuldades revelam, por um lado, problemas estruturais do Estado brasileiro no que tange à plena realização de políticas destinadas a povos indígenas. Por outro, evidenciam também o quanto a força do setor neoeextrativista encontra-se enraizada no país sem sinais de que irá recuar.

Execução financeira da Funai e do Ministério dos Povos Indígenas

Como ministério recém-criado, o MPI não possuía ações finalísticas sob seu guarda-chuva em 2023, mas atuou conjuntamente com a Funai para sua execução.

O orçamento autorizado para a Funai em 2023 foi de R\$ 866,16⁴ milhões, um aumento de R\$ 177 milhões em relação a 2022. No decorrer de 2023, foram efetivamente executados⁵ R\$ 678,8 milhões, ou seja, uma execução financeira de 78%. Ainda assim, cabe destacar que foram liquidados R\$ 841,3 milhões, o que corresponde a 97% dos recursos autorizados, indicando um compromisso do órgão em cumprir com sua missão institucional.

Dos R\$ 678,8 milhões efetivamente executados, 79,63% foram destinados às atividades-meio (quadro de servidores e manutenção do órgão) e 20,34% para o programa finalístico 0617 – “Proteção e Promoção dos Direitos dos

1 Gabinete de Transição Governamental: relatório final. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>

2 Fundação Anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro. Inesc e INA, 2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/fundacao-anti-indigena-um-retrato-da-funai-sob-o-governo-bolsonaro>

3 Crise sanitária e humanitária na TI Yanomami: seis meses após a declaração de emergência. Adi Spezia e Ligia Apel, Assessoria de Comunicação do Cimi, 20/07/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/07/crise-sanitaria-e-humanitaria-na-ti-yanomami-seis-meses-apos-a-declaracao-de-emergencia>

4 Todos os montantes mencionados neste artigo derivam de pesquisa realizada pelas autoras no Portal Siga Brasil no dia 14 de junho de 24. Os valores foram atualizados segundo o IPCA do mesmo dia, para a devida comparação.

5 Neste artigo, consideramos recursos efetivamente executados a soma dos valores Pagos com os “Restos a Pagar”, também conhecido como “Execução financeira”. Este montante representa serviços cujo processo financeiro foi finalizado, sem possibilidades de cancelamento e ainda considerando os Restos a Pagar pagos provenientes de anos anteriores, indicador de continuidade na realização de políticas públicas.



Povos Indígenas”, ainda derivado do Plano Plurianual da gestão Bolsonaro.

Cabe destacar que, apesar dessa visível desproporção entre orçamento direcionado à área meio e às atividades-fim, este não é um indicador de uma Funai superdimensionada. Como demonstrado no Balanço do Orçamento Geral da União 2022 (Inesc, 2023)⁶, as dificuldades do órgão em executar suas ações finalísticas passam necessariamente pelo desmonte de sua estrutura: atualmente há cerca de um servidor para atender cada mil indígenas, devido ao esvaziamento do órgão e ao crescimento populacional indígena.

A Funai, portanto, enfrenta dificuldades significativas, cujos impactos são sentidos em sua capacidade de resposta às emergências e na implementação de políticas de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. A recomposição e ampliação do quadro de servidores é urgente, o que caminhou positivamente em 2023, tendo em vista o anúncio do concurso para novos funcionários e a aprovação do Plano de Carreira Indigenista, resultado direto da mobilização da categoria.

Programa 0617 – Proteção e Promoção dos Direitos Indígenas

Em 2023, foram destinados cerca de R\$ 283,7 milhões para o programa finalístico “Proteção e Promoção dos Direitos Indígenas”, valor significativamente mais alto que os R\$ 103,3 milhões autorizados em 2022. Esse aumento deve-se tanto à mudança de contexto político quanto aos créditos extraordinários oriundos da ADPF 709, destinados especialmente à desintrusão de terras indígenas em situação periclitante, como as TIs Yanomami, Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Arariboia, Munduruku e Trincheira Bacajá.

Dos recursos autorizados, foram efetivamente executados R\$ 137,5 milhões e empenhados R\$ 276 milhões. A alta taxa de empenho, de 97%, demonstra uma intenção do órgão em fazer as políticas públicas chegarem às comunidades indígenas. No entanto, a disparidade entre o recurso efetivamente gasto e o empenhado indica dificuldades estruturais na Funai, como a centralização da execução financeira em Brasília e a falta de servidores para realizar as atividades administrativas e finalísticas nas pontas, no âmbito das Coordenações Regionais.

As ações orçamentárias no Programa 0617

A Tabela 1 detalha a distribuição de recursos entre as ações orçamentárias pertencentes ao Programa 0617:

Ação Orçamentária	Autorizado	Empenhado	Pago + “Restos a Pagar” pagos
Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional dos Povos Indígenas	0,82	0,78	0,13
Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância internacional do coronavírus	0	0	0,41
Proteção e promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	56,71	54,80	43,82
Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção de Povos Indígenas Isolados	226,19	220,43	93,06

Valores em milhões de reais, atualizados pelo IPCA: 14/06/2024. Elaboração Própria. Fonte: Siga Brasil

A ação orçamentária “Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional dos Povos Indígenas” destina-se fundamentalmente à ampliação da estru-

tura do órgão com construção de novas edificações, ampliação de prédios e de espaços para atendimento a indígenas. Trata-se de uma ação menor dentro do programa finalístico em questão. Já a ação “Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância internacional do Coronavírus” foi criada em 2021, em meio à pandemia. Atualmente, seus gastos dizem respeito apenas ao pagamento de “Restos a Pagar”, na ordem de R\$0,41 milhões

As outras duas ações finalísticas do programa 0617 representam o carro-chefe da ação territorial da Funai e é nelas que nos deteremos.

Ação 21BO – “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”

A ação “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas” (21BO) diz respeito à garantia do acesso qualificado às políticas públicas; à proteção e garantia dos direitos sociais, participação e controle social; a ações relacionadas ao licenciamento ambiental; e à implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), entre outras.

A taxa de execução financeira desta ação orçamentária foi de 77%, com empenho de 97%. Destacam-se entre os gastos as atividades relacionadas a: i) Promoção do Etnodesenvolvimento e Gestão Ambiental (cerca de R\$ 14 milhões), ii) Promoção de Direitos Sociais (cerca de R\$ 8 milhões), iii) Promoção da Cidadania e Educação (cerca de R\$ 7 milhões) e iv) Infraestrutura Comunitária (R\$ 4 milhões). Outros recursos foram executados em ações de valorização das mulheres indígenas, licenciamento ambiental, preservação cultural e políticas voltadas à primeira infância. No que tange à estrutura interna da Funai, esta ação está sob responsabilidade da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável.

⁶ Depois do Desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Inesc, 17/04/2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/depoisdodesmonte>

Ação 20UF – “Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados”

Esta ação se relaciona às atividades de proteção territorial: identificação e demarcação de terras, ações de monitoramento e fiscalização, ações de proteção de povos indígenas em isolamento voluntário e indenização por benfeitorias de boa-fé. Na estrutura interna da Funai, trata-se de atividades sob o guarda-chuva da Diretoria de Proteção Territorial (DPT).

Os principais gastos foram realizados com a desinstituição de terras indígenas, oriundos de créditos extraordinários para cumprimento da ADPF 709 com R\$ 151 milhões autorizados. O montante autorizado é considerável e chega ao triplo do valor total destinado para toda a ação 20UF em 2023, então na ordem de R\$ 50 milhões. No entanto, a baixa taxa de execução financeira (23%) deste montante preocupa, evidenciando as dificuldades estruturais da Funai.

Em segundo lugar, estão os recursos destinados às barreiras sanitárias, também para cumprimento da ADPF 709. Neste caso, a execução foi maior que o valor autorizado inicialmente. Foram autorizados cerca de R\$ 15 milhões e executados cerca de R\$ 16 milhões, derivados do pagamento de “Restos a Pagar” de anos anteriores. Tal taxa de execução chega a 106%.

Já as ações destinadas à proteção de povos indígenas em isolamento voluntário, sob responsabilidade da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC), tinham o montante autorizado de R\$ 17 milhões, dos quais foram efetivamente pagos R\$ 15,8 milhões, ou seja, uma impressionante taxa de execução de 92%.

As ações de identificação e delimitação de terras indígenas, a cargo da Coordenação de Identificação e Delimitação (CGID), executaram R\$ 13,7 milhões dos R\$ 20,4 milhões autorizados, contabilizando um percentual de 67%.

Para fiscalização e monitoramento, atribuição da Coordenação Geral de Monitoramento Territorial (CGMT), foram autorizados R\$ 14 milhões e executados R\$ 11 milhões, perfazendo 78% de execução financeira.

Por fim, a Coordenação Geral de Assuntos Fundiários (CGAF) tinha R\$ 1,7 milhões autorizados e executou apenas cerca de R\$ 500 mil, uma baixíssima taxa de 30%. Tais recursos destinam-se ao pagamento de indenização por benfeitorias de ocupantes de boa-fé em TIs e chama a atenção por alguns motivos.

Em primeiro lugar, os R\$ 500 mil executados contrastam com os valores da ordem da dezena de milhão da gestão anterior⁽⁷⁾, na qual as indenizações ocupavam parte importante do orçamento executado em toda a 20UF. Além disso, apontam para um provável problema político mais profundo, com a possível recusa de ocupantes em colaborar com o processo de desocupação das Terras, já que o pagamento de indenização depende da negociação e aceitação deles.

Cumpram ainda destacar que os recursos empenhados e executados pela Coordenação de Assuntos Fundiários em indenizações se deram principalmente no âmbito das demarcações das TIs Caramuru Catarina Paraguassu (BA) e Rio dos Índios (RS), um dado central se pensarmos que estas duas terras foram também marcadas por episódios de violência recente. Em Caramuru, a Cacique Nega Pataxó foi assassinada em janeiro de 2024. Em Rio dos Índios, ocupantes contrários à demarcação de terras indígenas incendiaram as casas de outros que haviam aceitado as indenizações por benfeitorias, em novembro de 2023. Esses fatos ganham ainda

mais relevância em tempos nos quais a questão da indenização por terra nua⁽⁸⁾ tem sido apresentada como suposta solução para os direitos territoriais indígenas no país.

Saúde Indígena

Antes de deixar a presidência, Bolsonaro se esforçou para desmontar a possibilidade de existência da Saúde Indígena. No seu Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, estavam previstos apenas de R\$ 600 milhões para o programa orçamentário 5022 – “Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena”, o que significaria a total paralisação da política. Com a movimentação das organizações indígenas e seus aliados, esta jogada foi freada, tanto pela atuação de parlamentares que propuseram emendas ao PLOA 2023 como pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição que recompôs o orçamento destinado à Saúde Indígena.

Assim, em 2023, o programa 5022 teve um orçamento autorizado de R\$ 2,4 bilhões, dividido entre duas ações orçamentárias: “Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena” (20YP) e “Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de Doenças e Agravos” (21CJ).

Sua execução financeira foi de 91%, com a ação 20YP como carro-chefe, tendo executado R\$ 2,1 bilhões de um orçamento autorizado de R\$ 2,3 bilhões. Esta ação é destinada à contratação de pessoal, ações de atendimento nas aldeias, manutenção dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e manutenção das unidades de saúde nos territórios.

Cumpram destacar que o DSEI Yanomami foi o que mais executou recursos em 2023, em consonância com as demandas vividas pelos povos da TI. Foram R\$ 143 milhões efetivamente gastos pelo respectivo DSEI, seguidos pelo DSEI

Mato Grosso do Sul (R\$56,4 milhões) e pelo DSEI Guamá Tocantins (R\$ 55,8 milhões).

Se a Saúde Indígena anda por bons caminhos em termos de execução financeira, ainda se faz necessário aprofundar as estruturas de controle social, inclusive a destinação desses gastos. O atual sistema por conveniadas, embora abraçado por movimentos e comunidades indígenas, possui sérias barreiras no efetivo sistema de monitoramento, avaliação e participação na política de Saúde Indígena. Enfrentá-las pode ser uma contribuição importante do atual governo para a garantia da assistência de saúde diferenciada.

O anúncio de um novo Plano Plurianual (PPA): mudanças do PPA 2024-2027

O primeiro ano de governo também é um momento de elaborar o planejamento estratégico para os anos seguintes. Em agosto de 2023, após um processo de participação social, o governo federal enviou ao Congresso Nacional o Plano Plurianual referente ao período de 2024 a 2027, no qual é possível identificar as políticas estratégicas para a área indigenista.

O Plano Plurianual é fundamental, pois é um instrumento no qual se delimitam as prioridades políticas do governo, além de metas tangíveis e verificáveis para o monitoramento e controle social da política pública. Nestes dois pontos, a diferença entre o PPA em vigor até 2023 e o aprovado pelo governo Lula é gritante: enquanto o PPA da atual gestão propõe metas verificáveis e objetivos bem definidos, o governo anterior apenas mencionava uma vaga (e impossível) meta de “atender 100% das comunidades indígenas”.

Além disso, para que o PPA seja mais do que um bom sonho, é preciso que a visão política nele expressa encontre os recursos necessários na Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ano.

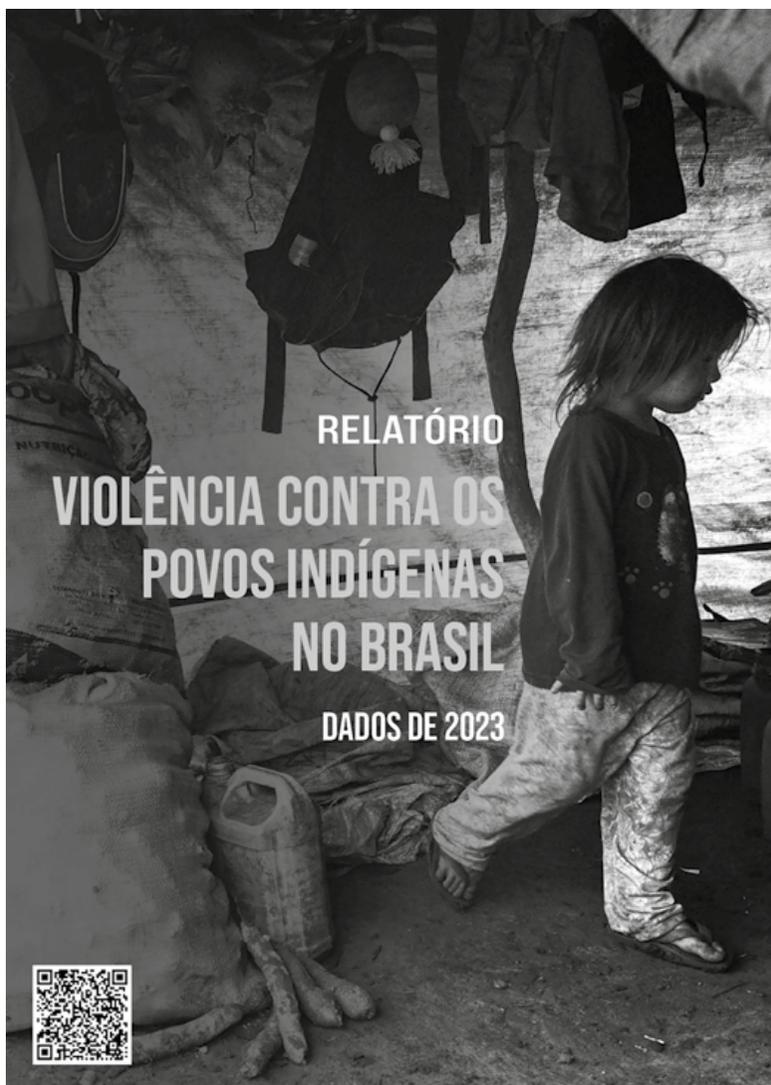
Conclusão: ainda é preciso coragem

Sem dúvida, 2023 foi um ano melhor que os últimos no que tange à implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. No entanto, a análise orçamentária mostra que há muitos gargalos a serem enfrentados. Mesmo em um cenário politicamente favorável para os povos indígenas no Executivo, a taxa de execução financeira segue baixa. É necessário repensar os fatores estruturais que ocasionam esta situação, como a forma de funcionamento de seu principal órgão executor (a Funai) e a defasagem do quadro de servidores. Soma-se a isso o enraizamento que as forças anti-indígenas ganharam nos últimos quatro anos, evidenciado no Legislativo, mas também em setores do Executivo como, por exemplo, nas Forças Armadas.

Há, ainda, questões que ultrapassam o escopo do orçamento: das 14 terras cuja homologação foi prometida em 2023, apenas oito foram homologadas. Neste caso, o problema é essencialmente político. Para dar conta da dimensão e de tudo que representou o cacique Raoni subindo a rampa do Planalto, para que o Ministério dos Povos Indígenas seja mais que um símbolo, será necessária coragem para enfrentar as forças mais poderosas e retrógradas do país.

É imperativo que o governo não apenas assegure recursos, mas também enfrente as resistências internas e externas, promovendo mudanças estruturais que garantam a plena execução das políticas indigenistas e o respeito aos direitos dos povos indígenas.

8 STF derruba tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. STF, 21/09/2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>



Acesse os dados do relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2023 na íntegra acessando o QR Code da imagem ou pelo link:

<https://cimi.org.br/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi/>

7 Ver, por exemplo, além da publicação citada acima: A conta do desmonte – Balanço do Orçamento Geral da União 2021. Inesc, 11/04/2022. Disponível em: <https://inesc.org.br/acontadodesmonte>

* Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília; Coordenadora da Plataforma Shandia (Aliança Global de Comunidades Territoriais)

** Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília, assessora política do Inesc



Ministro da Justiça afirma que direitos indígenas são cláusula pétrea e assina portarias declaratórias de três terras

O anúncio feito no dia da Amazônia rompe um jejum de seis anos do Ministério da Justiça, que desde 2018 não declarava nenhuma terra indígena

Por **Maiara Dourado** e **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

No dia 05 de setembro, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, reuniu lideranças das Terras Indígenas (TIs) Cobra Grande, Maró e Apiaká do Pontal e Isolados para entregar, após um jejum de seis anos sem declarar nenhuma terra indígena, as portarias declaratórias de seus territórios.

A última assinatura do documento, atribuição do Ministério da Justiça, se deu em 2018 com a declaração da TI Kaxuyana Tunayana, ainda no governo Temer. Essas foram as primeiras portarias declaratórias assinadas desde o início do terceiro mandato do governo Lula, iniciado um ano e oito meses atrás com a promessa de um olhar atento para os povos indígenas.

A medida também se dá em um momento inédito da gestão do ministro Lewandowski, que se reúne pela primeira vez com lideranças indígenas, desde que assumiu, em fevereiro, a pasta ministerial. O encontro com o ministro é uma demanda dos povos que tem se estendendo ao longo dos mais de sete meses de sua gestão.

Os povos Arapiun, Jaraquí e Tapajó, da TI Cobra Grande, localizada no município de Santarém, no Pará, aguardavam a medida desde 2015. Já os povos Borari e Arapiun, da TI Maró, situados no mesmo município paraense, e Apiaká, da TI Apiaká do Pontal e Isolados, que fica no Mato Grosso e também abriga povos em isolamento, estão há 13 anos na espera pela assinatura do documento que reconhece a tradicionalidade de seus territórios.

“A gente conseguiu, depois de anos, que o Ministério da Justiça declarasse a terra indígena Maró, assim como a terra indígena Cobra Grande, no Baixo Tapajós, como terras indígenas oficialmente ocupadas. Isso, para nós, demonstra um reconhecimento constitucional do Estado brasileiro, através do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em declarar essas terras indígenas”, afirmou Adenilson Alves de Souza, liderança do povo Borari da TI Maró.

Após a emissão das portarias, deve ser realizada a demarcação física destas áreas, assim como a remoção e o reassentamento ou indenização de eventuais ocupantes não indígenas, se for o caso. As terras, então, ficam então aptas para serem homologadas pelo presidente da República.

As TIs Maró, Cobra Grande e Apiaká do Pontal e Isolados passam agora a fazer parte de um conjunto de 64 terras nesta fase administrativa, aguardando homologação. Restam, ainda, outras 44 terras que já foram identificadas e delimitadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e aguardam a emissão de portaria declaratória pelo ministro da Justiça.



Após jejum de seis anos, ministro Ricardo Lewandowski declara três terras indígenas

Além destas, pelo menos 157 TIs estão atualmente em processo de identificação e delimitação pela Funai e outras demandas territoriais indígenas 562 ainda não tiveram nenhuma providência do Estado para o início de seu processo de regularização.

Direitos indígenas, cláusulas pétreas

No momento da assinatura, o ministro reconheceu a importância de se fazer avançar as demarcações das terras indígenas, “apesar da discussão que existe hoje entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional”, referindo-se às ações que discutem a constitucionalidade da Lei 14.701/2023. A norma, aprovada pelo Congresso, é considerada inconstitucional e foi questionada junto ao STF. Recentemente, os povos indígenas decidiram se retirar de uma mesa conciliatória criada pelo ministro Gilmar Mendes para discutir o tema.

A medida parlamentar tem causado uma série de empecilhos no andamento dos procedimentos demarcatórios, tendo em seu bojo a tese do marco temporal como critério para demarcação das terras indígenas. Em setembro do ano passado, essa tese foi afastada pela

Suprema Corte e considerada inconstitucional, mas a decisão foi ignorada pelo Congresso Nacional, que votou e promulgou a lei meses depois do julgamento no STF.

Por isso, “nós escolhemos três áreas que não têm problemas, não estão envolvidas nessa discussão, mas que merecidamente devem ser protegidas por um ato formal do governo brasileiro”, explicou o ministro.

Para Lewandowski, a declaração das terras indígenas “cumpre com aquilo que a Constituição determina em relação aos povos indígenas, que é um direito fundamental e, que é, portanto, uma cláusula pétrea. Essa palavra pétrea vem de pedra, que não pode ser mudada, é dura. Então, os direitos que constituem cláusulas pétreas são direitos que não podem ser mudados, não podem ser alterados, nem por emendas constitucionais e, muito menos, por leis ordinárias ou qualquer outro ato”, defendeu o ministro.

Além do encontro com o ministro, as lideranças em Brasília também percorreram os gabinetes dos ministros do STF para entrega de um documento que reforça o pedido para que a Suprema Corte declare a inconstitucionalidade da Lei 14.701. Sua declaração para as lideranças é fundamental para que se impeça as sucessivas tentativas de negociação de seus direitos, garantidos constitucionalmente.